

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 14.11.1967.

Dr. Demades Madureira de Pinho
DD. Subchefe do Gab. Ministro:

Em cumprimento a determinações dessa Chefia, encaminho a V.Sa. os discursos proferidos pelo Senador Marcello de Alencar, relativos ao Ministério / da Educação e Cultura, versando sôbre as seguintes matérias:

"Para os Moços", publicado no Diário do Congresso Nacional, em 16.9.1967.

"Editorial - Educação Menosprezada", publicado em 14.10.1967, no mesmo Diário.

"Colégio de Aplicação no Estado da Guanabara", publicado no mesmo Diário, em 18.10.1967.

"Desentendimento entre o Govêrno e Meios Universitários - Episódio da Enciclopédia - e Excedentes Universitários", publicado no mesmo Diário, em 7.11.1967.

Respeitosamente,



O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Precisamente por estas novas afirmativas que V. Exa. está fazendo é que já se disse e com muita razão, que a mocidade é uma espécie de revolução permanente.

O SR. MARCELLO ALENCAR — E' a tese do meu discurso.

(Retomando a leitura)

No médo que se apossou de certas camadas dirigentes o médo da mocidade é sem dúvida o mais pernicioso porque traz os germes do desamor, os sinais dum inédmto egoísmo.

Os que nao queremos criar nossos filhos para a sub-humana condição de cabeças de um rebanho que a sociologia chama de homem-massa, manipulado pela propaganda apático-conformado incapaz de discordar, e fim o antípoda do verdadeiro cidadão, nao podemos deixar de ver nesse fato uma das mais graves ameaças ao homem como espécie.

Um dos mais terríveis livros de ficção científica o já clássico "1984", de George Orwell é um brado de alerta contra essa despersonalização do homem ao ponto de torná-lo escravo dócil. Uma visão pessimista mas potencial, do quanto pode o Poder hipertrofiar-se se os homens nao continuarem a ser independentes ao ponto de saberem e poderem lutar pela sua liberdade, de impedirem que o Estado se torne alheio e superior às suas vontades, passando a oprimí-los.

A História é mestra magnífica e inconfundível. Ela nos mostra os totalitarismos porfiando em domesticar os moços, e todos fracassando.

Há alguns anos, na Câmara dos Deputados, dizia um ilustre parlamentar e orador, que houvera uma "geração proscrita", que fora marginalizada e não pudera dar a sua contribuição à Pátria. Cabe a nós dizer aos moços de hoje que não haverá outra geração proscrita, não para garantir e aquietá-los, porque há muito se determinaram com o seu sadio e viril radicalismo, mas para dizer-lhes que estamos ao lado deles para estimulá-los nessa vontade de participar que os possui e que sabem pertencer-lhes por direito inalienável.

A História cabem os julgamentos definitivos, mas não podemos deixar de apontar certas deserções nas fileiras da "eterna vigilância" o triste episódio da falência duma geração de brilhantes juristas liberais transformando-se, no final duma existência de longa pregação democrática nas trincheiras da oposição nos "leguleiros" de que falava Epitácio Pessoa, curvando o Direito aos caprichos do Poder. Essa melancólica deserção dos que succumbiram aos apêlos da violência, e do arbítrio e ajudaram a instituí-los, não será um péssimo exemplo para os moços?

O culto dos antepassados — e com ele o enraizamento das tradições familiares mais caras — só é possível quando os homens se compenetraram de que adiante estarão os seus netos, na encruzilhada da história, para julgá-los.

Barrère escreveu um dia que deveria ter catalogado mais um pecado ao lado dos sete pecados capitais: o da descrença.

Abertamente proclama-se a descrença nos moços, duvida-se a cada passo da capacidade de realização do povo brasileiro — como nos casos da Petrobrás e da Siderúrgica Nacional e agora quanto à Energia Nuclear — enfim prepara-se com esse vírus a descrença na Democracia e no Brasil, e conseqüentemente aplina-se o terreno para a recolonização de nossa Pátria.

Cada geração tem a sua missão a sua destinação histórica, assim como cada um de nós nasce dotado de atributos essenciais como a Liberdade do Espírito, para a busca de um cami-

nho onde nos possamos construir, como povo e pessoa humana.

A tarefa dos moços de hoje éles a escovaram, como a geração estudantil de um século atrás optou pela defesa duma raça escravizada e pela consequente imobilização do *sic ut visum* a-seção no trabalho servil, como há oitenta anos optou pela República para levar o país a outra etapa, ainda mais avançada. E' a aceitação do "desafio" em que o inglês Toynbee, aponta a sua filosofia da história. O desafio brasileiro foi aceito por éles.

Hoje os nossos jovens querem, mais uma vez, participar da luta por novas reformas economicas e sociais para que o país possa desenvolver-se independentemente. E se aos moços do passado, na intuição positiva da História, já não se podá atribuir inconseqüência ou ingenuidade aos de hoje, então fica ainda mais ridícula e descaída essa tentativa de apresentá-los como inocente instrumento de interesses espúrios. O Congresso Nacional fica desde já convocado para um inquérito no sentido sociológico de pesquisa — porque dos de natureza política estamos todos intoxicados "ad nauseam" — um grande Inquérito Nacional sobre os estudantes brasileiros, para aferir seus anseios e preocupações. Um Inquérito para construir.

Então teremos todos oportunidade de dialogar com os moços, e lhe conhecermos o alto nível de conscientização, de preparo e de espírito público. Ouçam os líderes estudantis, de qualquer parte do nosso território, e digam depois se será possível ainda caracterizá-los como imaturos e irresponsáveis, como inocentes úteis.

lenares a Igreja acredita nos moços, e em sua sabedoria e experiência mil-hoje, mais do que em qualquer época, ela acolhe em seu seio os moços de todas as idades, e com éles realiza obras extraordinárias no mundo inteiro. Ai estão a Juventude Universitária Católica (JUC) a Juventude Estudantil Católica (JEC) que não form poupadas pelos caçadores de feiticeiras, éses "macartistas" de última hora que se aprestam para tentar intimidar também a Igreja.

Isso explica a posição da Igreja nos últimos acontecimentos relativos ao movimento estudantil e à UNE. O verdadeiro amor que é o germen da compreensão humana, só é capaz de estender a mão aos jovens como o está fazendo de modo até comovente a parte esclarecida de nosso clero.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Peço desculpas, mas é que a sua presença na tribuna nos fascina e, por isso, nos convoca ao debate e V. Exa. agora, parece que na sua abrangência oratória alcançou um fato concreto — a participação da Igreja naquele movimento recentemente eclodido no País e particularmente, em São Paulo. Devo dizer a V. Exa. que a Igreja, pela sua hierarquia, criticou a participação dos dominicanos que têm vocação esquerdista...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Falo da parte esclarecida do Clero — V. Exa. fala da parte não esclarecida.

O Sr. Eurico Rezende — Falo da hierarquia. A nota oficial da Igreja foi condenando a leviandade dos dominicanos, que já de há muito provocam agitações na América Latina. Não são padres que merecem muito a confiança da própria Igreja. De vez em quando dão trabalho e recebem pito, como receberam da hierarquia eclesiástica deste país. Mas o que houve, nesse recente episódio estudantil foi o seguinte: o Congresso Nacional declarou a UNE fora da lei, porque ao reestruturar os órgãos de representação estudantil, proibiu a sua sobrevivência tendo em vista ela haver des-

mentido aquêlo passado de lutas libertárias e haver feito cunho com Brizola, Jango e os agentes da agitação que queriam levar este país ao caos moral e econômico. Então, os estudantes profissionais da extinção UNE resolveram fazer um congresso da UNE. E nisso foi feito um desafio à autoridade constituida, que ficou numa encruzilhada decisiva: ou permitir o congresso de um órgão espúrio e nesse caso desmoralizar-se, ou então fazer valer a autoridade proporcionada por lei aprovada por este Congresso, e por maioria esmagadora. Então esse Congresso não se realizou. O Governo afirmou a sua autoridade.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. está esquecido de que eu critico todo o sistema, o sistema legal que impõe essas alterações que impõe essa modificação no sistema antigo que era, evidentemente, democrático e de maior liberdade.

O Sr. Eurico Rezende — Então, faria uma pergunta a V. Exa.: O nobre Senador critica o sistema da lei que regulamentou, que reestrutura os órgãos de representação estudantil?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Em meu discurso, V. Exa. terá oportunidade de ver o que critico.

O Sr. Eurico Rezende — A UNE foi criada por um decreto da ditadura que não tem, não estabelece as atribuições, não estabelece as linhas de competência. Esse decreto nunca teve regulamentação. A reestruturação foi feita em padrões democráticos, porque aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Sr. Presidente da República. Então, pediria que V. Exa., com a sua vigilância e com o seu dedo, apontasse na representação estudantil qualquer dispositivo não digo dispositivo. Sr. Senador, digo qualquer virgula antidemocrática. O que passional. Pespega-se uma manchete de jornal: "A lei é contrária ao operário". Então começa a sinfonia de repetição, mas pediria a V. Exa., que é um homem caracterizado pela responsabilidade, um homem que me parece sereno, numa demonstração da sua cativante estréia nesta Casa, que me apontasse um dispositivo sequer da lei estudantil contrária aos interesses dos estudantes ou hostil ao regime democrático. Ninguém neste país, apontara.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Já não foi democrática a elaboração dessa lei, já não foi democrático o processo que a instituiu.

O Sr. Eurico Rezende — Democrático foi o processo que tratou da extinção da U.N.E..

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. afirmava que o decreto da UNE é originário dos desvíos da ditadura e a sua extinção partiu de uma superditadura.

O Sr. Eurico Rezende — Quero que alguém me aponte um dispositivo. E' perfeitamente provável uma ditadura fazer uma lei democrática e é perfeitamente possível a um regime democrático fazer uma lei ditatorial. Então vamos buscar a origem, vamos abandonar o abdômem, a fonte e vamos examinar a lei. V. Exa. quer fazer um inquérito nacional — não precisa ir a tanto: vamos combinar: por exemplo na segunda-feira, trarei a lei para V. Exa. ler, porque, pelo que quero observar V. Exa. não a leu.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Um inquérito não é feito a varejo; não se faz um inquérito a varejo, nobre Senador. Não é a pesquisa da disposição legal que V. Exa. invoca. O que me refiro, no meu discurso, tem sentido mais profundo.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Exa. O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. verificará que chegarei a um ponto que vai avivar a memória de V. Exa.! Vou tratar da Lei Sup-

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. nobre Senador Marcello de Alencar não conhece ainda o hábil estilo do nobre Senador Eurico Rezende. Toda vez que S. Exa. é enquadrado na análise conjunta do Governo, busca fixar-se num pormenor para desviar o orador, e a S. Exa. responder que a inadequação da lei está comprovada no permanente conflito, desde 1964 até hoje, entre os estudantes e o Governo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me permite uma réplica a *littere*? Vejo, de início, que o nobre Senador Josaphat Marinho está encurruado com a nessa interlocução e quer participar também, como conviva, do bólo do encantamento que V. Exa. está provocando. O eminente Senador Josaphat Marinho, porém, é que foi enquadrado na denuncia de um equívoco, porque quem de vez em quando faz alguma agitação por ai, agitação que não perturba o Governo são os estudantes profissionais, uma minoria de estudantes, e não é o estudantado.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Nos conhecemos, a definição de V. Exa. a respeito perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — E' a UNE, órgão espúrio. Aceito as reivindicações estudantis através dos micro-fones da legalidade, que não os seus órgãos de representação, mas nao aceito manifestação estudantil de órgão espúrio como a UNE. Este órgão não existe, e o próprio Congresso Nacional afirmou que não existe. Aproveito ainda a oportunidade, por falar em inquérito, para saber se o Governo agiu bem ou mal. V. Exa. disse, no seu discurso e disse muito bem baseado em estatística que quase a metade da população brasileira é de jovens.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Mais da metade.

O Sr. Eurico Rezende — Uns dizem que é quase a metade; Outros, que é mais da metade. Enfim, um quadro superavitário de jovens. Pois bem foi feito um inquérito em termos secretos, em novembro do ano passado. E toda essa mocidade votou, Faça V. Exa. um inquérito na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para saber qual foi o resultado dessa votação, se a favor do Governo ou contra o Governo.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Qual o inquérito a que V. Exa. se refere?

O Sr. Eurico Rezende — E' o inquérito das urnas livres.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Vou chegar até essas urnas livres.

O Sr. Eurico Rezende — Não é feito por mim nem por V. Exa. E' feito pelo único Tribunal capaz de nos julgar. Não tenho o monopólio da verdade e V. Exa. também não pode ter a estabitação da infalibilidade. O povo julgou e julgou louvando a política, e os resultados da política do Governo Federal, do Governo revolucionário, que restabeleceu a tranquilidade neste País, que restabeleceu o princípio da austeridade que nos tirou, lá fora de uma posição moral incômoda para nossa Pátria.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — A pesquisa a que V. Exa. se refere é muito secreta. Mas fido do meu pensamento (Lendo)

Ainda recentemente, no dia vinte estudantes de Engenharia Geografia e E sob o lema "Integrar para lutar", foram para Porto Velho do a trilha de Rondônia, numa assistência e técnico cidade da Guanabara por tratado com o maior entusiasmo assim. Solicitem-lhes a ação para tarefas de expressivos nacionais e os moços esgo a postos. Não lhes peçam do para transgír com a dignidade nacional ou para barganhar com seus ideais, porque não o farão, e ainda muito vivos éses s

democráticas e afinadas com uma nova ética, surgida da era atômica, do fim do colonialismo e do sentido socializante da história — tão bem evidenciados pelo Papa João XXIII — são as tremendas tarefas que as novas gerações se impuseram.

No Brasil sofrem cedo o embate de dupla frustração: a Universidade anacrônica, enfeudada ainda pelas velhas concepções duma educação antidemocrática, dissociada duma realidade cada vez mais complexa e por isso mais exigente de esforço científico-tecnológico programado, e depois dela o afunilamento das oportunidades.

Deserer dos mocos é, portanto, deserer do Brasil, desacreditar de nosso futuro como nação, e isso agrava as injustiças contra eles cometidas.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARCELLO ALENCAR — A honra será minha. Já esperava que V. Exa. me brindasse com um aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Desejo reiterar a sinceridade de minhas boas vindas, já apresentadas a V. Exa. pessoalmente, e para honra do Senado, dizer que eu tive u'a impressão inextinguível quando o eminente Senador Mário Martins comunicou-nos que iria se ausentar da Casa, em missão oficial, por cerca de três meses. Realizou-se, então, em mim uma sensação de tranquilidade pela certeza da diminuição da minha tarefa, mas verifico que essa cadeira esse microfone continuarão a dardejear muito trabalho, muita tarefa em virtude de uma presença, que todos nós já adivinhamos, dinâmica nesta Casa.

Mas é Ery que não haja solução de continuidade na artilharia do M.D.B., porque é óbvio que, no debate, está a saúde do regime democrático. No caso de críticas ao Governo, já que V. Exa. reclama oportunidade, vejo gostosamente V. Exa. nessa tribuna, porque nos dá o ensejo de demonstrar, esbaldamente, que a honrada Oposição continua, aqui em regime de equilíbrio em relação ao Governo. V. Exa. aborda a velha acusação ao Governo Revolucionário no sentido de que não dá oportunidade à mocidade. Isso faz-me lembrar que quando se instalou o Governo Costa e Silva, havia uma reclamação constante, desaperada, dos lares brasileiros, contra a política dos excedentes escolares — jovens aprovados nos exames vestibulares que não conseguem matrícula nas nossas Faculdades. O Governo a tirou de nossos olhos. Não há mais excedentes no Brasil. Este fato foi aqui louvado até pelo MDB. V. Exa. também aponta-nos estatística populacional para caracterizar a quantidade superavitária de elementos jovens. Mas se lançar os olhos, hoje, sobre a Câmara dos Deputados, verificará que nunca aquela Casa do Congresso teve tanta gente jovem que hoje tem.

Em 1967, através das urnas livres, em 15 de novembro do ano passado, a ponto de o Deputado paranaense, numa apreciação bastante justa, dizer: "Esta é uma Casa de crianças e de paguro, pois, largamente oportuna para a mocidade, que quer um a impressão daquela torção penitencial dos excedentes do Congresso Nacional se apresenta e dignificado pela da mocidade em cujo elemento e contemido a figura munda de V. Exa., que usurpou a oportunidade de galantear as altas esferas parlamentares públicas. V. Exa. vai-me permitir que, de pernilo com as boas vindas, ofereça uma contestação. A mocidade que quer estudar, aquela que quer frequentar a baderna das ruas, esta mocidade leve e terá as

oportunidades. V. Exa. poderá verificar a proposta orçamentária do ano passado e a deste ano, e chegará à conclusão de que nunca drenaram tantos recursos financeiros e técnicos para o sistema universitário do Brasil. Verificará V. Exa., pelo Orçamento do Governo federal que vai vigorar em 1968, a política de construção de institutos de pesquisa e de restaurantes para estudantes. V. Exa., se verificar através da lei que instituiu o salário-educador, observará que o Governo Castello Branco foi um benemerito da educação nacional, conseguindo recursos, antes jamais tentados sequer, para alimentar o sistema educacional deste País.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — V. Exa. vai ouvir de mim também uma reclamação do Senador Mário Martins. S. Exa. havia me advertido de que, nesta Casa, existia um aparente talento, mas vejo que S. Exa. me traiu um pouco, porque não configurou todo este brilho com que V. Exa., no formular seu aparte, procura não interpretar o sentido do nosso discurso.

Sou feliz por saber que V. Exa. não vai ficar em descanso, em repouso. Amamos o trabalho e gostamos de fazer os outros trabalharem. Riqueza certo V. Exa. de que, nestes três meses, vai trabalhar bastante.

No momento, ainda não entramos na especificidade de nossa crítica. Estamos fazendo um discurso de análise, estamos falando dos mocos, dos equívocos de entendimento das autoridades governamentais. O nome colega, por exemplo, aponta e distingue o fato de, no Governo Castello Branco, ter havido enormes verbas, nunca dantes ultrapassadas, no sentido de cuidar do problema do estudante. Mas não temos dúvida de que, no Governo Castello Branco, seja por sua filosofia, seja pelos apelos em que ele se sustentou, algumas áreas se abriram, alguns dinheiros chegaram. Vamos falar, em nosso discurso, desses dinheiros que chegaram. Não estamos fazendo exatidão das aplicações orçamentárias no setor educação; estamos procurando apontar aos homens de Governo como devem entender os jovens.

Vou prosseguir no meu pronunciamento. Dizia eu...

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não!

O Sr. Josaphat Marinho — Exatamente para assinalar, dentro da linha do seu discurso, que o Governo entenderá os jovens não na medida em que proclamar nulidades, mas na medida em que adotar espírito também jovem.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Exato!

Obrigado ao Senador Josaphat Marinho, porque essa é exatamente a linha do meu discurso.

(Lendo:)

Grande é a carga que suportam os mocos de todo o mundo subdesenvolvido, sob o peso de responsabilidades como jamais as tiveram as gerações anteriores. Emancipar e construir nacionalidades, edificar sociedades democráticas e afinadas com uma nova ética, surgida da era atômica, do fim do colonialismo e do sentido socializante da história — tão bem evidenciados pelo Papa João XXIII — são as tremendas tarefas que as novas gerações se impuseram.

No Brasil sofrem cedo o embate de dupla frustração: a Universidade anacrônica, enfeudada ainda pelas velhas concepções duma educação antidemocrática, dissociada duma realidade cada vez mais complexa e por isso mais exigente de esforço cien-

tífico-tecnológico programado, e depois dela o afunilamento das oportunidades.

Ilustre, digno Senador Eurico Rezende, na retomada do nosso discurso, temos oportunidade de esclarecer a V. Exa. que o nosso ataque era à infraestrutura da Universidade; em a ela que nos dirigiamos. O atendimento puro e simples do estudante, em suas matrículas, não nos parecia atingir o nosso discurso.

Deserer dos mocos é, portanto, deserer do Brasil; desacreditar de nosso futuro como nação, e isso agrava as injustiças contra eles cometidas. Estamos vivendo dias de aberrantes contradições, mas certamente a maior delas é a sistematizada, irresponsável e quase criminoso campanha orquestrada contra os estudantes. Os dons que sempre constituíram — e pela Graça Divina não abandonarão jamais o homem na sua mocidade — a essência mesma da juventude, o desamor aos privilégios, a crença de aperfeiçoamento da humanidade a fé na redenção das massas oprimidas, o idealismo audacioso e desmoldado e aquela turbulência que Jefferson considerava ser necessária para a boa saúde de toda a sociedade, passaram a constituir defeitos morais, motivos de reprovação. Como se a pretensa "ordem", cultivada sempre por certas minorias, e em nome da qual abrem mão da liberdade do povo, justificasse a emaculação dos mocos. Com que homens prosseguiríamos amanhã esse sagrado construir da nacionalidade brasileira?

D. Helder Câmara, uma das grandes e admiráveis vozes do nosso tempo, mostrou há pouco o quanto essa "ordem" é, do ponto de vista cristão e democrático, apenas a desordem instituída. Os mocos deste País compreenderam este fato, que é a via de acesso a um processo de conscientização irreversível, inune a todas as propagandas ou violências. Daí a nossa certeza de que os estudantes — que têm nas mãos a maior riqueza, que é o futuro, esse sagrado estado de permanente esperança — jamais assinarão a abdicação moral e histórica a que se pretendem arrastar.

A "paz" assim obtida seria "a paz do medo e da coação" de que nos fala o Professor Alceu de Amoroso Lima, "geradora do catolicismo, do clericalismo ou da revolta violenta". Os estudantes não querem esses caminhos.

Tome-se o exemplo da UNE, essa gloriosa tradição da vida pública brasileira, uma escola de liderança e de cidadania. Lá, na "Casa da Resistência Democrática", corio ficou conhecido o prédio que lhe serviu de sede, forjaram-se cidadãos que hoje prestam ao seu país, na vida pública e na empresa privada, os mais altos serviços.

Foram os mocos da UNE que iniciaram a luta anti-nazista e saíram às ruas, enfrentando a violência policial, impulsionando o Governo à aliança com os Estados Unidos.

Na UNE, muitos dos homens que então fugiam às perseguições políticas, e hoje militam no céu das que sufocam as liberdades, encontraram o apelo e a guarda dos mocos.

Na UNE o Governo do inculto Marechal Dutra pôde buscar o catalizador da opinião pública para reagir às pressões estrangeiras e abrir a solução nacionalista para o petróleo que Vargas caracterizava com a Lei 2.094 — a lei da Petrobrás — depois de outra memorável campanha dos mocos da UNE, aliados ao Clube Militar.

Nos muros de muitas Faculdades — e hoje no monumento aos nossos mortos na segunda guerra — estão perambulando no bronze os nomes de muitos desses "apostadores" que acreditaram na Democracia e nas Liberdades, e foram às ruas enfrentar a dura repressão, e depois à Europa empu-

lhar armas pelos seus ideais democráticos, para derrotar o nazismo e o fascismo, totalitarismos execráveis que retornam agora sob vários disfarces.

Infelizmente a história se repete e hoje nos pedem — e tentam nos enganar — a nós que empunhamos armas na defesa dos ideais de Liberdade e Justiça, nos pedem que — a pretexto de "segurança externa" — admitamos abrir mão de nossos direitos para tra coisa não fizeram, senão ganhar nos salvamos. Hitler e Mussolini cuspos seus concidadãos a submeterem-se a regimes totalitários por a salva-essa do "perigo comunista".

Mas não queremos perder o fio de nossas considerações. Os dirigentes de muitas nações ocidentais preocupam-se com o fenômeno "brain drain", a drenagem dos cérebros exercida pelos países mais ricos, especialmente pelos Estados Unidos.

A este propósito, li hoje, no *Correio da Manhã* que o Governo iniciou — e aqui cabe anotar que sua preocupação merece o nosso apoio — movimento no sentido de ir buscar os nossos cientistas, os nossos técnicos que estão fora do País. Hoje, para prazer meu de brasileiro há essa preocupação governamental, há essa tendência de provocar, de criar obstáculos a regresso dos nossos cientistas, e disso vou-me ocupar ao longo do meu discurso.

Sobre esse processo que é a contrariedade cultural do fenômeno apontado por Gunnar Myrdall, ou seja, as nações ricas tendendo a expulsar os pobres, tendência essa de natureza econômica, inerente ao processo acumulativo e independente de decisão política, o Secretário de Defesa, Sr. Mac Namara teve curiosa explicação: "os cérebros são como os corações, vão para onde são mais necessários".

É claro que o poder econômico, pelos elevados salários que oferece, exerce por si esse efeito mas ninguém pode deixar de reconhecer parte daquela outra verdade. O estado dos mocos de países onde são incompreendidos e até perseguidos, e onde não encontram ambiente universitário, não deve causar estranheza. Vejamos o caso dos professores assistentes em São Paulo com sua situação indefinida, classificados como horistas, bolsistas e que agora — apenas para citar exemplo, o da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil abandonaram as suas funções porque não recebem há quase um ano! Já consciência podemos criticar os mocos que protestam contra essa situação de coisas? Que se desentendam porque não lhes ofereçam, senão um tremedão da Universidade, distanciado — e muito — das reais necessidades desses novos tempos que estamos vivendo?

Sr. Presidente Srs. Senadores, a Nação não deve aos mocos apenas um futuro melhor; tem para com eles um nobre histórico que nos honra como povo.

Não há um só espírito mercenário da nossa História onde não se conte um moço estudante, não há um só espírito onde o sangue moço não tenha sido vertido sempre em nome do Idealismo.

Nos primórdios da nacionalidade, nas lutas pela independência, na luta pela abolição do trabalho escravo, e na proclamação da República, está a mais possível presença dos mocos dos estudantes sempre vibrantes e patrióticos. E mais recentemente, na derrocada da ordem caduca que se convencionou chamar de "República Velha", os estudantes militares — que pareciam antes haviam demitido a honra — no conhecido período da "Constituinte" mais uma vez abriram novos caminhos para o Brasil e destacaram as bandeiras que fundaram a modernização da sociedade brasileira, tornando possível a industrialização e o surgimento do proletariado urbano e enfim uma autêntica Revolução.

a demoia em lançar-se na ocupação de seus domínios específicos o deixa irremediavelmente para trás. Enquanto o Executivo busca afirmar-se no pleno uso de suas atribuições, o Legislativo sucumbiu a nostalgia dos poderes perdidos sem iniciativa de asseclhorar-se da missão política.

A persistir a hesitação, o mais provável é que o Governo tenha de comandar a Reforma do Congresso, para impedir o pior, ou seja, que a Câmara e o Senado pareçam insubstituíveis, como peças institucionais, no julgamento da opinião pública. Se o Congresso ficar a reboque do Executivo, neste capítulo afilitivo de nossa reconstitucionalização, os legisladores estarão dando, por omissão, uma ajuda a causa anti-democrática, que aguarda apenas uma figura carismática para reapresentar-se em cena.

Embora seja indispensável a colaboração do Governo na redefinição de responsabilidades para o Congresso, onde a maioria lhe pertence, a iniciativa tem de partir da representação política, sob pena de não poder erguer mais a cabeça. O retratamento assinalado pode ser entendido como resistência passiva e confundido com desejo de colaboração com os que pretendem reverter a expectativa a democrática, ao preço do impasse institucional.

O Brasil experimentou na República várias Constituições, todas concebidas para durar. A atual, aceita como documento de transição, embora despretencioso, poderia permanecer mais do que os propugnadores de sua revisão imediata. O problema de encontrar novo campo de responsabilidades para o Legislativo não é especificamente brasileiro, mas outros povos levam a vantagem de estar na frente da pesquisa ou, quando nada, na lição do saudosismo parlamentar acadêmico. Esta é uma oportunidade que convém aproveitar, porque pode ser que não se repita em condições tão favoráveis que deixem a classe política a liberdade de compatibilizar-se voluntariamente com o regime que lhe reconhece importância insuável.

Parece-me apenas que faltou ao título editar a lista o reconhecimento dos esforços que têm feito alguns Congressistas neste sentido, e que são inclusive recentes. Na oportunidade em que se iniciou a discussão do projeto de Constituição submetido pelo Poder Executivo ao Congresso, o Senador Milton Campos e o Deputado Nelson Carneiro, enviados a diversos países para a elaboração de um estudo sobre as instituições parlamentares, frisavam no relatório então apresentado ao Presidente do Congresso, a necessidade de nos valermos do exemplo, para fixarmos "normas capazes de servir ao fortalecimento da instituição parlamentar que, acima dos homens e dos governos, necessita credenciar-se como um dos pilares da democracia brasileira". Com meridiana clareza e acuidade política, acrescentavam já ao fim de seu trabalho que o segredo da sobrevivência dos Parlamentos "está em sua capacidade de adaptação às novas realidades que vão surgindo num mundo em mudança".

Se assim concluíam é porque é indelével que as instituições parlamentares, são as que menos têm sabido compreender a ligação necessária de se modernizarem, atendendo aos imperativos das transformações políticas, sociais e econômicas dos tempos modernos. E esse imobilismo resulta, em grande parte — segundo creio — de não termos alcançado a profundidade das transformações a que estão sendo constantemente sub-

metidas a estrutura, os meios de ação e as próprias finalidades do Estado.

No seminário sobre "Política e Técnica", realizada em 1956 pela Universidade "D'Aix-Marseille", o Professor Marcel Merle, da Faculdade de Direito e do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, sintetizou com clareza as razões dessa estratificação, ao dizer que

"As mudanças ocorridas desde o início da revolução técnica, na estrutura das instituições parlamentares, parecem, no conjunto, muito fracas. As assembleias políticas, nos meados do século XX, são concebidas segundo o mesmo esquema que os parlamentos do século XIX. Os próprios regimes revolucionários não inovaram muito na matéria. Quando não suprimiram pura e simplesmente toda forma de representação popular, se limitaram a reconstituir formas de representação comparáveis, ao menos exteriormente, as dos regimes tradicionais. Este conformismo (do qual as democracias populares fornecem o melhor exemplo) se explica sem dúvida pela vontade de permanecer fiel ao duplo princípio da representação política e igualitária que constitui um dos fundamentos da democracia.

A necessidade de uma adaptação da máquina parlamentar ao caráter cada vez mais técnico dos problemas a resolver, não foi entretanto completamente reconhecida. As realizações concretizadas neste sentido são mantidas muito limitadas e se revelam de uma importância secundária. Trata-se, inicialmente, de se ligar aos órgãos políticos organismos especializados, os conselhos econômicos — pode-se citar, em segundo lugar o fortalecimento do regime de comissões parlamentares. Nenhuma dessas duas reformas altera sensivelmente as estruturas tradicionais."

Em alguns países, no entanto, nessas débeis formas de adaptação foram feitas tentativas. E' desse nai básico, que é fundar a instituição parlamentar nos princípios idealistas do pensamento político, vigorante até meados do século XIX que sofre sem dúvida alguma, o Parlamento brasileiro. Não nos convencemos ainda que "a democracia do século XX é essencialmente diferente da democracia do século XIX", como frisa o Professor Arthur Siegfried da Academia Francesa, sobretudo por que o Estado acumula cada vez mais em suas mãos um poder quase sem limites. E esse pensador francês justifica com precisão que isto se deu na medida em que, "deixando-se de lado o aspecto político ou militar da administração, o Estado expandiu suas funções no domínio econômico; fez-se industrial, comerciante, transportador e banqueiro", justificando a evocação de Paul Valéry, ao dizer que

"L'Etat est un être énorme, terrible, débile. Cyclope d'une puissance et d'une maladresse insignes, enfant morneux de la force et du droit, qui l'ont engendré de leurs contradictions. Il ne vit que par une foule de petits hommes, qui en font mouvoir gauchement les mains et les pieds inertes et son gros oeil de verre ne voit que des centimes ou des milliards. L'Etat, ami de tous, ennemi de chacun".

Admitindo-se essas constatações, pode-se afirmar que as instituições políticas do século XX tornaram-se estratos institucionais, inteiramente assíncronos com a realidade social e econômica da idade moderna. Foi talvez notando e reconhecendo a importância crescente do fator técnico, e como consequência o declínio da au-

toridade política, que todos, menos os constitucionalistas se deram conta, que o Professor Dubois-Richard, da Faculdade de Direito de Poitiers, preconizava em sua obra "L'Organisation technique de l'Etat", que "era chegada a hora de considerar os problemas de governo, como constituindo uma ciência positiva, e de tratá-los com o rigor metódico que empregamos nas pesquisas da física ou da biologia".

Não pretendemos, Senhor Presidente, chegar ao extremo desse rigor Comtiano, mas preconizamos uma revitalização, uma reorganização, uma modernização do processo legislativo com o fim de adaptá-lo às exigências dos compromissos trepidantes do Estado moderno, especialmente do Estado subdesenvolvido, que a tudo deve atender. Não se trata de tencificar o processo legislativo, mas apenas de aparelhar as duas Casas do Congresso e seus membros, para o exercício do "poder legislativo de segundo grau" a que se refere o Professor Gregoire Cassinatis, no trabalho citado por nossos eminentes colegas, o Senador Milton Campos e o Deputado Nelson Carneiro.

Algumas das novas tarefas dos legislativos modernos — como o exercício do controle externo da administração, e a fiscalização dos atos do Executivo — estão inscritas na nova Constituição. Resta regulamentá-las e torná-las exequíveis, como um moderníssimo sistema de freios e contra-pesos à crescente intervenção a que é chamado o Estado, em todos os campos da atividade humana. Esta variante do "Poder Moderador", instituída na nossa Constituição, contém a meu ver a mais revolucionária das inovações com que o Movimento de 1964 armou o Congresso Nacional, para o exercício pleno do equilíbrio entre o aumento de atribuições do Executivo, e a diminuição de algumas das prerrogativas que são, em última análise fruto da modernização e das imposições econômicas com que se crismou o Estado brasileiro, nessa "era administrativa".

Para sincronizar as nossas tarefas com as exigências constitucionais, Senhor Presidente, fazem-se necessárias algumas medidas da maior importância. Medidas e providências que não podem ser abrupta nem arbitrariamente tomadas. Mas, para que tragam a marca de uma autêntica medida revolucionária, mister se faz que sejam paulatina e criteriosamente experimentadas, ajustadas às circunstâncias e adotadas, depois de provadas. O exemplo do sistema inglês, de adoção experimental das iniciativas que digam respeito à organização administrativa do Estado, pode servir de inspiração ao Congresso Nacional. Da árdua tarefa de atualizar-se, em benefício da instituição parlamentar, vale dizer, em benefício do sistema representativo e, por consequência, do regime democrático.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, talvez seja eu o menos indicado dos membros desta Casa para fazer observações desta natureza, que podem, de boa-fé, ser tomadas como manifestação crítica. Há, entre nós, constitucionalistas eméritos, juristas dos mais categorizados deste país, alguns dos quais já se ocuparam brilhantemente deste tema. Outros participaram mesmo, ativa, inteligente e proficuamente, da última tentativa feita no Congresso de se oferecer subsídios para a Reforma dos Poderes Legislativo e Judiciário e da Organização Político-Administrativa do País integrando a Comissão Mista que, para esse fim, foi constituída pelo Presidente desta Casa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não! O Sr. Aloysio de Carvalho — Exa. está proferindo discurso muito oportuno e exato. Tomaria a liber-

dade de considerar a atualização do Congresso, a que V. Exa. se refere, problema que antecede mesmo a Constituição de 67. Logo que foi elaborada a Constituição, de 46, verificou-se que o Congresso estava, em muitos dos seus métodos de trabalho, superado pela nova emergência político-social do mundo. Houve, imediatamente após essa elaboração, uma mesa redonda, promovida, se não me enganar, pela Fundação Getúlio Vargas, em que figuravam alguns dos elementos mais ávidos das letras jurídicas e das letras parlamentares da época, inclusive congressistas de tirocínio. Lembro-me de João Mangabira e de Nereu Ramos, que participaram desse debate. Ficou, aí, bem assentado que era preciso colocarmos o Congresso em condições de acompanhar o Executivo nesta preocupação de todos os dias pelos problemas econômicos e sociais. Infelizmente, estamos, hoje, com a mesma estrutura do Congresso, e quando algum de nós sai a campo para dar uma opinião em relação a isso, algumas vestais da democracia inventam que estamos defendendo um reforçamento dos poderes do Executivo em detrimento do Legislativo. Há pouco tempo fiz declaração à imprensa a esse respeito e colhi observações suspeitas com referência ao meu pronunciamento, como se eu achasse que nós devíamos caminhar, no Brasil, para uma ditadura do Executivo. Diante de elementos tão inexperientes e agindo, às vezes, de má fé, V. Exa. vê como é difícil fazer trabalho de atualização do Parlamento Brasileiro.

O SR. JULIO LEITE — Muito grato a V. Exa.

(continua)

Vê-se, portanto, que apenas fiz mínimas as preocupações de eminentes homens públicos que, com mais autoridade, vêm se dedicando ao estudo de nossos problemas institucionais. Julgo válida esta advertência final, porque não tenho a pretensão de querer ser autor de qualquer observação crítica. Desejo apenas — e a isto me impõem o dever e a experiência de cerca de treze anos de vida parlamentar nesta Casa — lembrar a atualidade desse problema, face à vigência da nova Constituição. E é imbuído do melhor espírito público que pretendo abandonar o terreno cômodo das considerações teóricas, para arriscar-me no campo incerto das propostas práticas. Exclusivamente impellido por esse dever é que submeto à Mesa algumas proposições, convicto de que, embora elas constubstanciam um ponto de vista inteiramente pessoal, se inspiram no afã sincero de contribuir para o fortalecimento da instituição parlamentar, e para o engrandecimento do Senado.

A primeira delas, Senhor Presidente, é uma indicação à Mesa, com o objetivo de valorizar, no conceito público, através de medidas imediatamente prescritas, a instituição de trabalhos parlamentares.

As demais são três projetos de solução, dispondo, o primeiro, a estruturação das Comissões permanentes da Casa, e o segundo, sobre sua competência e funcionamento, prevendo-se inclusive a criação de subcomissões, destinadas ao estudo da fiscalização dos atos do Executivo e ao exercício do controle externo que aludem, respectivamente, aos artigos 48 e 71 da Constituição do Brasil. O último dos projetos dispõe sobre a constituição de uma Comissão Especial de Regulamentação Constitucional, destinada ao estudo e à elaboração de projetos destinados a regulamentar os dispositivos constitucionais que exigem esta medida.

Quero crer, Senhor Presidente, que a Mesa, os órgãos técnicos da Casa e os seus ilustres membros, individualmente, possam alcançar os obje-

tivos que tenho em vista, de maneira muito mais eficaz do que as que proponho, mas fica registrada minha convicção de que serão recebidas essas proposições, como o esforço e a contribuição de quem acredita nos altos desígnios do Senado e na irresistível e patriótica vocação democrática de seus ilustres membros. *(Muito bem. Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Milton Trindade por cessão do Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. MILTON TRINDADE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: O Governador Alacid Nunes, do meu Estado, foi duramente atacado, nesta Casa, pelo nobre Senador Moura Palha. Duas vezes, o ilustre parlamentar usou a tribuna para condenar o Chefe do Executivo paraense, pelo fato de não conceder aumento de proventos à Magistratura. Deste ponto, o Senador Moura Palha saiu para alinhar uma série de fatos que considera pecados imperdoáveis do governador. Enumero, por exemplo: compra de um avião, pelo Governo do Estado; viagem de turismo, de dois secretários de Estado; aumento de subsídios dos deputados estaduais; "recepção prussiana" dos desembargadores, em Palácio.

De início, Senhor Presidente, quero deixar bem claro que defendo, com intransigência, a maioria de proventos para os magistrados da minha terra. Destojo mais: o aumento de vencimentos para todo o funcionalismo público. Não me limito a uma parcela dos servidores do Estado, pois ficaria mal — do ponto de vista social — o estímulo de privilégios. Tenho para mim que todos precisam de ganhar o suficiente para viver dignamente.

Fixado esse ponto de vista, que também é a maneira de pensar do governador Alacid Nunes, tantas vezes expostas, procurarei demonstrar que o Chefe do Executivo do Pará sofre a violência de uma campanha de descrédito que, no final, será desfavorável aos que a empreendem.

Na Mensagem que encaminhou à Assembleia Legislativa, a 15 de julho último, o governador mostra que seletiva por conta da Despesa do Estado foi para custeio da máquina governamental, restando trinta por cento para investimento de qualquer natureza. E assim:

— As reside um dos mais difíceis dilemas da administração paraense. O Governo reconhece que seu funcionalismo ganha pouco e que as verbas de manutenção dos seus serviços são modestas. Também sabe que os aumentos concedidos mal correspondem à depreciação da moeda. Porém, qual-quer acréscimo sensível nas despesas públicas, sem majoração proporcional da receita pública, agravaria mais a distorção orçamentária do nosso Estado.

Antes de analisar o assunto, afirmando, o governador Alacid Nunes:

— Mesmo assim, é inevitável um car por certas categorias, como o pagamento, logo que possível, a estrutura, cujos escassos benefícios, realmente a colocam sem condições sequer de preencher os postos mais vagos em sua carreira.

— Portanto, que o governador Alacid Nunes, muito antes das incompreensões do presente, situava, com objetividade, a situação da Magistratura e do funcionalismo em geral.

Sucedo que, e isto também S. Ex. situou claramente, na Mensagem que apresentou à Assembleia Legislativa, que o novo sistema tributário determinou sensível queda da arrecadação estadual. Digo melhor, o ICM aba-

lou o Erário paraense em 8.5 bilhões de cruzeiros, obrigando o governador a confessar, já no mês de julho pp.: — Uma queda vertiginosa e progressiva atinge, inevitavelmente, o programa de investimentos e obras públicas do Estado, com profunda e dolorosas consequências para o nosso desenvolvimento.

Aliás, esta Casa tem ouvido o clamor da Nação inteira, relativamente ao ICM. Estados poderosos, tais como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para ficar nestes, têm sofrido o abalo que a ação corrosiva do Imposto de Circulação de Mercadorias lhe causa nos alicerces. Se os Estados poderosos clamam contra o ICM, qualquer pessoa de bom-senso poderá avaliar a proporção das consequências negativas causadas a um Estado em desenvolvimento.

O Ministro Jarbas Passarinho, titular da cadeira que me honra ocupar no momento, conhece as circunstâncias que envolvem o governador Alacid Nunes, de quem é amigo particular, e que indicou para sucedê-lo no comando dos destinos do Pará. O Ministro Jarbas Passarinho conhece a situação e tem procurado, dentro das suas possibilidades, auxiliar o companheiro de muitos anos.

Fica provado, então, o equívoco básico dos que procuram mostrar os pecados do governador: foi o Chefe do Governo paraense o primeiro a reconhecer a necessidade do aumento de vencimentos, não só da Magistratura, mas do funcionalismo em geral.

Outro ponto que precisa ser esclarecido, diz respeito à compra de um avião tipo "Cessna", e que foi trazido a este plenário como envolvida em mistério. Mas não há mistério algum. Em primeiro lugar é preciso salientar que a compra foi realizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, e não pelo Governo do Estado. Por uma razão simples, o DER fez a aquisição para não continuar pagando elevadas somas anuais com o deslocamento das equipes de fiscalização às frentes de serviço.

Paralelamente, o Governador, então, utiliza o aparelho do DER, deixando também, de realizar — despesas com taxis aéreos ou aviões da carreira. Ocorre, por isso mesmo, uma poupança governamental, que é apresentada à Nação como negócio escuso, gasto superfluo ou despesas com turismo à custa dos cofres públicos.

A viagem de dois secretários de Estado é anunciada como mais um erro fundamental do governador Alacid Nunes. Ainda nisso, os acusadores de S. Ex. incidem em injustiça. Inicialmente, não foram apenas dois secretários. Partiu um terceiro personagem, que foi o vice-governador. Os três foram convidados, pelo Governo dos Estados Unidos, a visitar a grande Nação irmã. Dos Estados Unidos, onde as despesas foram custeadas pelos anfitriões, voaram para a França, com a missão de trazerem os restos mortais do ex-governador do Pará, Augusto Montenegro, cuja memória o meu Estado reverencia, pelos inestimáveis serviços prestados à causa pública.

Transformar o episódio narrado em motivo de acusações ao governador Alacid Nunes, talvez represente o desejo de vislumbrar em qualquer ato governamental motivo de ataque.

Precisa ficar esclarecido, também, ainda, a respeito do aumento da Magistratura, que o Chefe do Executivo convidou os Senhores Desembargadores para um encontro em Palácio. Na reunião, mostrou-lhes a crise financeira que atinge o Tesouro estadual. Durante uma hora, o governador Alacid Nunes procurou ser sincero aos membros do Poder Judiciário, analisando gráficos e estatísticas, mostrando-lhes sem falsidades a queda da arrecadação.

Disse o nobre Senador Moura Palha que o governador tratou, prussianamente, aos Desembargadores. Isso — acredito — é uma injustiça, não ao governador, mas aos Desembargadores, cuja dignidade impediria atitudes hostis ou menos respeitadas, sem o imediato revide. Tal não ocorreu, porém, e o conflito estabelecido persiste na justa reivindicação dos Magistrados.

Caem, como se vê, uma a uma as acusações ao governador Alacid Nunes, pela fragilidade estrutural delas mesmas. Seria, assim fastidioso prosseguir na análise de todas as suspeitas infundadas. Não posso deixar sem esclarecer, porém, o aumento de subsídios dos deputados, apresentado nesta Casa como ponto negativo do Governo do Estado, que se teria omitido.

É bom mostrar, logo, a dualidade de comportamento dos acusadores: o governador é duramente injustificado por não ter condições de dar aumento à Magistratura; o governador é atacado por não ter tido condições de evitar o aumento dos deputados. Preso por ter cão, preso por não ter.

Pois bem: relativamente ao assunto o que houve foi o cumprimento do que está disposto no Art. 13, inc. VI, da Constituição, que autoriza o teto dos subsídios dos deputados estaduais. No Pará, os membros da Assembleia Legislativa percebiam vencimentos aquém do que estabelece a Constituição. Isso levou os legisladores paraenses a cumprir o preceito constitucional, tão bastante a que os adversários do governador Alacid Nunes vislumbrassem mais uma ação negativa do Poder Executivo. Sucedeu, que se o governador agisse para evitar o pleno exercício do Poder Legislativo, seria acusado de mal e um outros pecados. Sua cabeça seria exigida em nome da Constituição. Formar-se-iam os "batalhões de defensores" da Carta Magna que o governador respeita e cumpre zelosamente, fato que leva esses mesmos batalhões a invectivas e injustiças.

E o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Devo confessar a V. Exas., Sr. Presidente, Srs. Senadores, que sou um homem preocupado há uma semana. Porque, há uma semana cheguei a esta Casa com a alta responsabilidade de substituir meu companheiro Mário Martins. E a minha preocupação passou à indagação dos temas que eu deveria abordar da tribuna que, por tão vastos, me deixavam na incerteza quanto ao critério prioritário a adotar.

Recorri, então, à minha imaginação, e a minha lembrança me recordou o encontro em que o Senador Mário Martins e eu tivemos oportunidade de darmos pontos de vista, e pudemos pactuar uma ação do tipo daquela de que Mário Martins é capaz: ação em momentos de perigo, ação nos momentos que exigem coragem e desprezo ao medo.

Então, verifiquei que, realmente, ao ocupar a tribuna do Senado tinha um tema prioritário, que traduzia aquela angústia de Mário Martins, que era a minha angústia também, o tema que poderia ser mais abrangente para a nacionalidade. Verifiquei, então, que deveria falar dos moços e para os moços, com uma palavra, também, para aqueles que não entendem os moços.

(Lendo:)

Os indivíduos e as coletividades têm nos seus descendentes e nas gerações futuras uma de suas mais na-

turais e constantes preocupações e, se na família nos voltamos a cada dia para o futuro de nossos filhos, voltamo-nos ao mesmo tempo para a destinação histórica de nosso povo, de nossa nacionalidade.

Não podemos, por isso, deixar de levantar nessa augusta Casa, que tem sido por excelência o quebra-marcha de as paixões se diluem e se transformam nas soluções altas que a experiência, o amor da Pátria e a prudência dos senhores Senadores têm sabido arquitetar, a nossa manifestação e a nossa tristeza diante da incompreensão com que vemos o Governo tratar os problemas da mocidade estudiosa.

Há, nesses últimos anos, um insensato comportamento das autoridades em relação aos estudantes. Nem uma abertura para o diálogo, nem um esforço, uma tentativa sequer de compreender uma geração que é a de nossos filhos; ao contrário, temos visto, com pesar e mesmo com surpresa, conjugarem-se esforços de todas as espécies no sentido de marginalizar os moços, de apresentá-los com uma imagem que não têm.

Lamentavelmente, até grandes e tradicionais órgãos de nossa imprensa desperdiçam desesperados, candentes e injustos editoriais, nessa inadmissível campanha de desmoralização dos jovens que amanhã, criam ou não os seus detratadores, estarão à frente dos negócios públicos e da empresa privada.

Podem mudar às vezes alguns ventos, renegando um passado duro e democrático, renegando a sua mocidade, mas os moços, esses não mudam nunca, sempre imunes à acomodação e ao ceticismo, sempre dispostos a cumprir ideais, abraçando com amor desinteressado as causas mais nobres e patrióticas.

Os demógrafos utilizam o termo "Populoso em progressão", para caracterizar a juventude de populações como a nossa, que apresenta 42,6% do total com idades abaixo de 15 anos e apenas 4,2% com idades acima dos 60 anos. Segundo ainda as conclusões do "Escritório de Pesquisa Económica Aplicada" (EPEA) do Ministério do Planejamento, dentro de oito anos — pelas estimativas mais conservadoras — teremos mais de 100 milhões de habitantes. Todavia, a previsão mais grave desse organismo governamental é a que pressupõe, para 1990, um mercado de trabalho capaz de oferecer empregos a 32,5 milhões de homens. Em outras palavras, amanhã, deveremos ter criado esse colossal número de empregos tão-somente para conservar o nível de emprego de 1960, de sete anos atrás!

Isso não mostra apenas as vãos esforços de alguns dirigentes em pretendem repressar a ascensão das novas gerações, negando uma realidade demográfica, biológica, social, econômica e política que vai inexoravelmente ultrapassá-los. Mostra também o porquê das incômodas espiçadeiras desenvolvimentistas dos nossos moços, conscientes de que as atuais estruturas não permitem ampla o mercado de trabalho naquelas proporções.

O desenvolvimento é assim um desafio nacional, a aspiração dos moços enquanto a estagnação ou o crescimento vegetativo, precários e sustentados pelo mandarismo político-econômico de estruturas atárcas e agências financeiras internacionais, significa para eles a frustração definitiva, a involução histórica, o desespero e a revolta pelo bloqueio das oportunidades.

Grande é a carga que suportam os moços de todo o mundo subdesenvolvido, sob o peso de responsabilidades como jamais as tiveram as gerações anteriores. Emancipar e construir nacionalidades, edificar sociedades